

ATA DA 135ª REUNIÃO DA CTIL

DATA: 20 de agosto de 2015.

HORÁRIO: 9h às 17h00m

LOCAL: Sala CT-01, no Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEPN 505 – Lote 2, em Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

Ministério dos Transportes: Carlos Alberto Bandeira de Mello (carlos.mello@transportes.gov.br)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: José Silveiro da Silva (jose.silveiro@agricultura.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Adão Martins Teixeira Junior (adao.junior@mme.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – São Paulo e Rio de Janeiro: Ausente;

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Paraíba e Bahia: João Fernandes da Silva (joaofernandes@aes.pb.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Paraíba e Bahia: Mônica Portella Lima (monica.lima@inema.ba.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Ceará e Piauí: Ausente;

Irrigantes: Wilson A. Bonança (wilson.bonanca@cna.org.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br);

Indústrias: Percy Soares Neto (psoares@cni.org.br);

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Ausente;

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Luís Eduardo Freitas de Faria (luis.eduardo@cedae.com.br);

Comitês e Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Ausente;

Organizações Não Governamentais: José Alberto Pinheiro Vieira (ja.tk@bol.com.br)

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Vladimir Caramori Borges de Souza (Vcaramori@yahoo.com);

DEMAIS PRESENTES:

Giordano Bruno B. De Carvalho (giordanobruno@ana.gov.br);

Mario Antônio Mota Amorim (mario.amorim@ana.gov.br);

Lauren Couto Brandi (lauren.couto@patri.com.br).

Ciro Gaertner (ciro.gaertner@corsan.com.br);

Mariana Lírio (mariana.lirio@ana.gov.br).

Nelson Neto de Freitas (nelson.freitas@ana.gov.br);

Humberto Gonçalves (humberto.goncalves@ana.gov.br)

João Clímaco (fonasccbh@yahoo.com.br)

RELATORIA:

Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS: Item 1 – Abertura/Informes: O Sr. **Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** iniciou a 135ª Reunião, pedindo uma rodada de apresentações. Após as apresentações comunicou a previsão de reunião do CNRH ainda este ano, em data a ser definida. Informou que o Ex-Secretário da SRHU, Ney Maranhão, foi nomeado Diretor da Agência Nacional de Águas e que o Sr. Marcelo Jorge Medeiros se encontra como Secretário Substituto da SRHU/MMA. Comunicou que a Direção da ANA agora está completa, com seus cinco diretores e

51 que a SRHU passa por uma fase de transição, a qual foi explicada pelo Secretário Marcelo Medeiros
52 no início da reunião. Passou então aos itens da pauta, perguntando se havia alguma sugestão na
53 pauta. O **Sr. Wilson A. Bonança (Irrigantes)** propôs a inversão na pauta, por entender que havia
54 assuntos bastante densos para a CTIL tratar, mas que os itens 8 e 9 eram de ordem administrativo-
55 burocrático que poderiam ser discutidos no início da reunião, limpando a pauta. Havendo
56 concordância de todos, iniciou-se com o [Item 2 - Aprovação da Ata da 135ª Reunião da CTIL](#): A
57 SRHU não recebeu nenhuma sugestão de alteração da minuta da ata dentro do prazo regimental. A
58 Ata foi aprovada sem alterações. [Item 08 - Análise da Proposta de Resolução que “estabelece a](#)
59 [composição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o](#)
60 [mandato em curso](#). O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** explicou que a Comissão
61 Permanente de Ética foi criada por meio da Resolução CNRH 158/2014, e se refere ao mandato em
62 curso do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Como houve renovação desse
63 colegiado, em 2015, fazia-se necessário montar uma nova composição. Explicou que a comissão
64 deve ser formada por três conselheiros de segmentos distintos, escolhidos pelo Plenário, e que para
65 participar o interessado deve ter cumprido, no mínimo, um período correspondente a um mandato
66 do CNRH. Informou que a Secretaria Executiva do CNRH fez um chamado para que os conselheiros
67 demonstrassem interesse em participar dessa comissão. Foram recebidas duas manifestações, sendo
68 uma do setor de usuários por parte da Confederação Nacional da Agricultura, representado pelo
69 Conselheiro Wilson Bonança, e a outra manifestação foi do Governo Federal, do Conselheiro
70 Demétrio Christofidis, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Desta
71 forma, faltava uma representação das Organizações Cívicas e também dos estados. O **Sr. Júlio**
72 **Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** perguntou aos membros da CTIL sobre o interesse em
73 participar da comissão. O **Sr. Vladimir Caramori Borges de Souza (OTEPS)**, informou que a
74 ABRH tinha interesse, indicando a Conselheira Sra. Ingrid Illich Muller. O **Sr. João Clímaco**
75 **(ONGS)** informou que a sociedade civil havia mandado por e-mail a manifestação de interesse e
76 que estranhava não constar da lista, sendo indicada a Conselheira Sra. Thereza Christina da Silva
77 Pereira Castro. O **Presidente da CTIL** salientou que todas as indicações seriam apreciadas na
78 reunião do plenário do CNRH, ocasião em que os estados poderiam indicar um representante,
79 considerando os pré-requisitos necessários para tal, encerrando-se a discussão do item 8. [Item 09 -](#)
80 [Análise da recomendação do Comitê Nacional de Zonas úmidas – CNZU Nº 07, de 11/06/2015, que](#)
81 [solicita ao CNRH a apreciação da proposta do conceito de recursos hídricos](#). O **Sr. Júlio Thadeu**
82 **Kettelhut (Presidente da CTIL)** esclareceu que a demanda veio do Comitê de Zonas Úmidas, que
83 solicitou uma manifestação formal do CNRH sobre a definição de Recursos Hídricos. Apesar de
84 parecer claro, para quem atua na área, entende que existe muita polêmica e confusão em torno deste
85 tema. Solicitou, na sequência, que o representante da Secretaria de Biodiversidade e Floresta
86 (SBF/MMA), Mauricio Pompeu, apresentasse o assunto. O **Sr. Mauricio Pompeu - Analista**
87 **Ambiental da SBF/MMA** - Informou que trabalha na SBF no que seria a Secretaria Executiva do
88 Comitê de Áreas Úmidas. Os principais pontos apresentados por ele foram que a uma das funções
89 do comitê é de internalizar a Convenção de Ramsar no que diz respeito à conservação e uso
90 sustentável das áreas úmidas. Que, em 2014 e 2015, ocorreram duas oficinas de trabalho para
91 discutir, sobretudo um inventário de áreas úmidas e um sistema de classificação de áreas úmidas.
92 Neste escopo de discussões a questão de definição de recursos hídricos sempre vinha à tona. Ao
93 questionar por ofício a ANA sobre se havia uma definição, esta mencionou a Portaria 149/2015 que
94 publica um glossário de termos de recursos hídricos. Neste documento é colocado que recursos
95 hídricos são numa determinada região ou bacia a quantidade de águas superficiais e subterrâneas
96 disponíveis para qualquer uso. A partir deste conceito, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas, que
97 tem um viés bastante ambientalista, entendeu que a definição apresentada no glossário da ANA, por
98 ser extremamente utilitarista, não ajudava a implementar a diretriz da Lei das Águas, que é de
99 integrar a gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e, também, não auxiliava a entender o
100 que seria gestão integrada deste recurso natural. Assim, o CNZU recomendou ao CNRH que

apreciasse a proposta de definição de recursos hídricos apresentada na Recomendação CNZU nº 07/2015. O Sr. Mauricio Pompeu, informou, por fim, que não faz parte do Comitê, e que o objetivo dele ali era apenas apresentar o resultado daquele colegiado. E que a proposta é de se colocar no foro adequado a discussão sobre esta definição. O **Sr. Wilson A. Bonança (Irrigantes)** pediu a palavra, dizendo que achou a provocação instigante, mas de muita complexidade. No seu entender, o que se pede é a definição de recursos hídricos sobre o aspecto técnico e jurídico. Não visualiza na CTIL, neste momento, capacidade para atender a demanda. Sugeriu que o expediente fosse encaminhado para a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT do CNRH, com a solicitação que a Câmara se debruçasse sobre esse assunto e procurasse trazer uma definição técnica do que seria recursos hídricos. Quanto à questão jurídica, sugeriu que se criasse um grupo de trabalho (GT) na CTIL ou que se solicitasse a Secretaria Executiva que contratasse uma consultoria na área jurídica para discutir o aspecto constitucional, tributário e civil. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)**, concordou com a proposta apresentada pelo Wilson Bonança, mas sugeriu que fosse sequencial, ou seja, primeiro define a questão técnica e depois a própria CTIL entra no mérito legal, sem precisar criar um GT. O **Sr. João Clímaco (ONGS)** diz ter ficado surpreso com solicitação da CNZU, em que pese ela ter fundamento. Segundo ele, seria o mesmo que perguntar ao Conselho de Política Industrial, o que é indústria. Acredita que se trata, no mínimo de uma agressão a inteligência e uma tática de criar um fato novo. Para ele não saber o que é recursos hídricos a partir da própria construção que se tem no CNRH, então não sabe o que está fazendo ali. Enfatizou que existe uma lei, uma norma construída por milhares de pessoas, não acredita que vai ter que reinventar a roda. Concordou com o encaminhamento do Presidente da CTIL, e entende que a CTCT não terá dificuldade na incumbência. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** registrou que tem dúvidas sobre a competência do CNRH para fazer esta demanda. A definição fala em águas salobras, costeiras e ambientes marinhos. Salientou que houve uma discussão desgastante na CTIL sobre esta integração e está claro que sobre água do mar o CNRH não tem competência. Entende que se está entrando num ambiente perigoso, não vendo sentido operativo nisso. Complementou dizendo que o CNRH vai entrar numa discussão muito conceitual, um pouco filosófica e adiante ideológica. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** salientou que as pessoas de fora do Sistema têm uma visão diferenciada, ficando a eterna discussão se recursos hídricos é água. Entende que o CNRH é competente para propor esta definição e que a solicitação do Comitê abriu uma oportunidade para tal. Apontou, no entanto, o cuidado que se deve ter ao criar este conceito para não burocratizar mais o Sistema, virando um empecilho para o bom funcionamento da Política. A **Sra. Sonáli Cavalcanti Oliveira (Concessionárias de Energia)** corroborou com as colocações que o Wilson e Percy fizeram, entendendo que as preocupações de ambos são pertinentes. Segundo apontado por ela, na definição proposta, são considerados recursos hídricos todos os tipos de áreas úmidas, permanentes e temporárias. Tratar de outorga considerando áreas úmidas, permanente e temporárias como recursos hídricos, estaria se admitindo que o direito do uso dessas áreas seria concedido pelos órgãos outorgantes. Ressaltou que se trata de um assunto que carece de muita discussão, uma vez que se estará definindo como usar estas áreas e isto é competência dos municípios. O **Sr. Wilson A. Bonança (Irrigantes)** reafirmou que se deve caminhar até onde a capacidade intelectual e inteligência alcançam, sendo crucial a colocação que o Comitê traz. Salientou que algumas colocações apresentadas pela CNZU não são pertinentes nem a recurso hídrico, nem a própria atuação do Comitê. Mas que é bom que se trabalhe isso, até para que o CNZU venha a atuar melhor. Comentou que não é perda de energia, que o CNRH tem sim competência para propor essa definição e que esta é a oportunidade para definir técnica e juridicamente o que é recursos hídricos. Por fim, frisou que a lei traz a questão operacional e prática, mas que há uma fragilidade jurídica pela falta da conceituação técnica. Reiterou a proposta de se encaminhar a demanda para a CTCT. O **Sr. João Fernandes da Silva (CERH-PB)** concordou com os encaminhamentos dados pelo Sr. Wilson, entendendo que é necessário e indispensável ter uma definição clara e objetiva. Segundo ele, aplica-se um conceito que se encontra consolidado na cabeça dos gestores de recurso hídricos. O

Sr. João Clímaco (ONGS) sugeriu que os encaminhamentos sejam mais objetivos, porque para ele certas situações estão bem claras na legislação, mas que são propositalmente desconsideradas e arrumados argumentos jurídicos para dizer que não é legal. Tem receio das coisas se perderem, por isso sugeriu de se estabelecer um prazo para que o CNRH se posicione, informando se é competente para tratar o assunto. Pediu para constar em ATA que o segmento por ele representado apoia a solicitação do Comitê e que esta demanda também é das ONGS. **O Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** encaminhou o assunto informando que a Secretaria Executiva encaminharia a documentação à CTCT para que ela se manifestasse sobre o tema. **O Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** sugeriu que quando fosse encaminhada a matéria à CTCT que se anexasse o Relatório do Gerenciamento Costeiro, pois essa questão foi central naquela discussão, ou seja, até onde atua o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Encerrando-se a discussão do item 9, passou-se ao início da pauta, sendo sugerido pelo Presidente da CTIL que os itens 03 ao 05 fossem analisados em conjunto, uma vez que se tratava do mesmo tema, prorrogação da delegação de competência para desempenhar as funções de agência de água. Sendo lembrado pela **Sra. Sonáli Cavalcanti Oliveira** que a Nota Informativa apresentada pela ANA era única, abarcando o pedido dos três comitês. Não havendo objeções a proposta, o assunto foi tratado em bloco. Item 3 – - Análise da proposta de renovação da delegação à Associação Executiva apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo para desempenhar, até 2021, as funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, aprovada por meio da Deliberação CBHSF nº 84, de 21 de maio de 2015. Item 4 – Análise da proposta de renovação da delegação ao Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, até 2020, as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, indicada por meio da Deliberação CBH Doce nº 46, de 25 de junho de 2015. Item 5 – Análise da proposta de renovação da delegação à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, até 2026, as funções de Agência de Água e Secretaria Executiva do Comitê para a Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, aprovada por meio da Deliberação CEIVAP nº 227, de 24 de março de 2015. **O Sr. Giordano Bruno de Carvalho, representante da ANA**, fez a apresentação da Nota Informativa nº 12/2015/CSCOB/SAS, referente à manutenção das condições necessárias para a renovação das entidades delegatárias com função de agência de água. Para fazer esta avaliação foram considerados três aspectos, sendo eles: i. que os próprios comitês de bacia desejam as prorrogações; ii. a consistência de um fluxo financeiro para a cobrança pelo uso de recursos hídricos, assegurada pela Lei 10.881/2004, e iii. a constatação de que existe o cumprimento das obrigações de acordo com o contrato de gestão. O Sr. Giordano Bruno informou que a nota faz o relato da vontade dos comitês continuarem contando com o serviço destas entidades delegatárias. Que em relação ao fluxo financeiros, 100 % dos recursos é repassado para as entidades, não havendo possibilidade de contingenciamento ou de retenção destes recursos, conforme previsto em lei. No que se refere ao terceiro ponto, que é constituída uma comissão interministerial que avalia o desempenho destas entidades, onde se emite uma nota para cada uma. Segundo informado, o desempenho tem sido satisfatório para as três entidades delegatárias. Salientou que as entidades delegatárias têm demonstrado o cumprimento de suas obrigações, em conformidade com os respectivos contratos de gestão assinados com interveniência dos comitês de bacia hidrográfica, demonstrando que estão mantidas as condições para a renovação das delegações de funções de Agência de Água às entidades AGEVAP – CBH Paraíba do Sul, AGB Peixe Vivo – CBH São Francisco e IBIO-AGB Doce – CBH Doce. Havendo, portanto, condições necessárias para ocorrer a renovação destas delegações por parte do CNRH. **O Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** contestou essa afirmação, frisando que várias vezes as delegatárias foram à CTCOB mostrar problemas sérios de sustentabilidade de suas operações e que foram discutidos exaustivamente na CTCOB se os 7,5% seria viável para o custeio das operações. Continuou dizendo que é sabido que a ANA tem que repassar recursos adicionais para algumas delegatárias para que elas consigam se manter funcionando. Falou que ao acompanhar a CTCOB não tem a impressão de que está tudo bem. Pediu para constar que a Indústria apoiou os

três comitês de bacia na renovação da delegação. Ressaltou que o art.1º da Lei 10.881/2204 diz que o CNRH observará as mesmas condições estabelecidas nos artigos 42 e 43 da Lei 9.433/1997, e no seu entendimento, a renovação é uma nova autorização sim, e não se pode tratá-la de forma menor. Informou que pelo acompanhamento que tem da CTCOB não restam dúvidas de que os problemas existentes, hoje, afetam a viabilidade dessas delegatárias. Tem certeza absoluta de que a ANA tem muito mais informações do que apresentado na Nota. Segundo apontado por ele, poderia ter sido apresentado os gráficos das delegatárias, as receitas, as despesas, as perspectivas de aumento da receita com o aumento das cobranças aprovadas nos comitês, ou com ideias de aumento de cobrança, ou mesmo com recursos adicionais financeiros repassados pela ANA. Essas informações iriam qualificar a discussão. Salientou que a CTIL tem uma responsabilidade de orientar os conselheiros. Não tem porque avançar numa discussão, sem uma análise mais apurada sobre o tema. Por fim, apontou que a questão não é só o fluxo financeiro é a viabilidade dessas agências. A **Sra. Eldis Camargo (ANA)** salientou que o que se está discutindo não é uma renovação, é uma prorrogação e questionou qual seria a consequência para as delegatárias da não prorrogação. A **Sra. Sonáli Cavalcanti Oliveira (Concessionárias de Energia)** apontou que as delegatárias atenderam aos requisitos e, o mais importante, os comitês manifestaram o interesse na prorrogação dessas entidades. Solicitou que se ponderasse a seguinte situação, de que a CTCOB indicasse pela não prorrogação, onde ficaria o anseio do comitê que já expressou que deseja que a entidade continue. Dado que no documento da ANA aponta que os requisitos foram atendidos, a recomendação que ela daria aos conselheiros é de sinal verde. O **Sr. Giordano Bruno de Carvalho, representante da ANA**, salientou que todos que trabalham no Sistema conhecem esses problemas apontados pelo Percy. No entanto, essas questões têm sido tratadas na CTCOB, onde foi montado um GT que esta se dedicando acerca de um ano ao assunto. Existe um fluxo financeiro, que tem permitido o funcionamento destas entidades a contento dos comitês, tanto é que eles estão propondo a prorrogação dos contratos. Ressaltou que é desejável que as delegatárias trabalhassem com um recurso maior, mas este é um problema com várias dimensões, como, por exemplo, de preços unitários, não só do 7,5%. Por isso são assuntos distintos, que o foco na CTIL é do ponto de vista legal. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** ressaltou que as delegatárias não são agências de bacia, são entidades que recebem esta delegação. Reiterou que com o documento da ANA, o setor usuário por ele representado não se sente seguro. Reafirmou que os representantes do setor industrial em todos os comitês de bacia votaram a favor pela renovação, porque entendem que deve continuar esta delegação. Mas o que o setor argumenta e solicita é de mais informações sobre como se dá esta viabilidade, não apenas como se garante o fluxo financeiro. Explicou que se não for renovado este contrato, o que não é o desejo da indústria, o recurso continuará a ser arrecadado pela ANA e poderá ser investido pela Agência sem problema algum. Não há risco descontinuidade na cobrança. Não é intenção interromper o contrato de delegação, no entanto, entende que cabe a CTIL o estrito atendimento ao mandato da lei. Que ele, na condição de representante do setor usuário, não se sente satisfeito com as informações da nota informativa. Entende que a ANA tem um conjunto muito maior de informações que pode colocar a disposição para que a CTIL subsidie melhor os conselheiros a tomarem decisão. Reafirmou que a nota pode ser complementada, mostrando o histórico de como estas agências vem se mantendo, como a viabilidade econômica financeira vem se dando até o momento e qual a expectativa que ela se dê no prazo que o conselho esta autorizando. Informou que precisaria de uma reflexão mais acurada sobre estes fatos para tomar uma decisão mais segura. O **Sr. Wilson A. Bonança (Irrigantes)** concordou com várias dos argumentos apresentados, naquilo que se refere ao complemento de formalidades e respeito naquilo que foi decisão do comitê. Não tem intenção de ser contrário a renovação destas delegações. No entanto, confessou um sentimento de frustração com o documento apresentado pela ANA. Informou que quando o assunto foi levado a título de informe para a CTCOB, houve um bom debate naquele momento e inclusive foi sugestão dele que por consideração o documento fosse encaminhado para os membros da CTCOB. Ficou decepcionado com a Nota, uma vez que conhece a qualidade do

quadro técnico da ANA e, também, o banco de dados de informação que a Agência tem, que é respeitável. No entanto, segundo ele, isto não está refletido no documento e que como conselheiro não está seguro para aprovar. Salientou que um parecer técnico sobre uma nota técnica tem que se dado por uma câmara técnica, e esta câmara é a CTCOB. Não vê problema de enfrentar este procedimento, uma vez que se tem prazo e tempo, que isto traria clareza e segurança ao processo. Salientou que é perfeitamente legítimo o pleito dos comitês que pedem a prorrogação das delegatárias. A mesma preocupação que a indústria tem, ele também tem. Porque inúmeras vezes ouviu o pedido de ajuda de presidente de agência delegatárias. Como aprovar se não tem um demonstrativo consistente desta viabilidade. Entende que deveria ter uma nota técnica consistente, que deveria passar pela apreciação da CTCOB e depois aprovar na CTIL. O **Sr. João Clímaco (ONGS)** apontou que existem vários problemas paralelos, no que diz respeito ao instituto da cobrança. Salientou que deveria ter mecanismos de controle que evitasse que as agências tenham mais hegemonia que os comitês, que o âmago da questão é descentralizar, e isso não está acontecendo. Achou exagerado dá 10 anos de prorrogação para a AGEVAP, no meio de um cenário em que se precisa resolver uma série de questões. Solicitou que no encaminhamento do assunto se diminua o tempo para 6 anos. No seu entendimento, tem que aprovar a prorrogação e diminuir o prazo para poder forçar a solução do problema. O **Sr. Adão Martins Teixeira Junior (MME)** perguntou se dentro da solicitação do comitê havia outro pleito além da prorrogação. Se for somente isto, não há o que se discutir. O **Sr. Vladimir Caramori Borges de Souza (OTEPS)** considerou a discussão relevante, pelo fato de poder refletir sobre o funcionamento do Sistema. Para ele, a questão fundamental é que os critérios foram plenamente atendidos. Acredita que por mais que o documento seja superficial, a viabilidade se demonstra com a execução da agência naquilo que foi acordado no contrato. Assim, não vislumbrou problemas em aprovar a prorrogação, uma vez que os requisitos foram cumpridos. Solicitou, no entanto, um esclarecimento da ANA a respeito do gráfico apresentado na Nota Informativa, onde se observa as notas das entidades delegatárias. O **Sr. Nelson Freitas**, representante da ANA, explicou variava de contrato para contrato, mas que, de forma muita resumida, vem da composição de 5 indicadores que levam em média 10 critérios de avaliação. Esses indicadores vão desde disponibilização de informação, passando por indicador de planejamento e gestão, implementação do plano de aplicação e do próprio plano de bacia, o índice de reembolso, operacionalização da cobrança, reconhecimento social, entre outros. Que o resultado final é validado por uma comissão de avaliação, representada pela ANA, MPOG e SRHU/MMA. Por fim, se colocou à disposição para, numa outra ocasião, explicar com maiores detalhes a metodologia. O **Sr. Giordano Bruno de Carvalho, representante da ANA**, enfatizou que não era intenção da Nota Informativa tratar do assunto sustentabilidade e viabilidade financeira, discordando que o foco tenha que ser esta questão. Lembrou que o CNRH já apreciou em outras ocasiões prorrogação de delegação, não se vinculando a questão da viabilidade financeira das delegatárias. Informou que a Lei nº 10.881/2004 permite aportes adicionais de recursos aos contratos de gestão, além daquele previsto na cobrança dita condominial. Segundo ele, é o que a ANA tem feito para o melhor funcionamento das entidades delegatárias. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** pediu desculpas, mas que a Câmara não estava malhando em ferro frio, pois tinha certeza que se os esclarecimentos prestados pelos representantes da ANA estivessem na NT, a tomada de decisão seria mais tranquila e segura. Enfatizou que o conselheiro tem uma responsabilidade ao autorizar esta renovação e, para isto, faz-se necessário um detalhamento das informações. Ressaltou que a CTIL não teria base para discutir a proposta do Sr. Joao Clímaco, de redução do prazo da prorrogação. Concluiu que quanto mais rigor a câmara tiver nos encaminhamentos maior credibilidade se obterá junto aos setores usuários, as organizações da sociedade civil, e aos órgãos de governo. Que ao se encaminhar questões com informações superficiais, sem aprofundar as discussões e sem o estrito atendimento aos comandos legais, o Sistema perde a credibilidade. O **Sr. João Fernandes da Silva (CERH-PB)** ratificou sua posição quanto a aprovação da solicitação de prorrogação, mas admitiu que o questionamento apresentado pelo Joao Clímaco deveria ser considerado, estabelecendo, quem sabe,

uma jurisprudência na CTIL, uma vez que a lei não estabeleceu prazos. A **Sra. Sonáli Cavalcanti Oliveira (Concessionárias de Energia)** reiterou seu posicionamento em relação às três propostas de resolução, e, mais especificamente sobre a do Comitê do São Francisco, na qual a CHESF participa. Informou que acompanhou de dentro do comitê todo o processo, não tendo óbices a esse assunto. Solicitou, apenas, que as ementas das três resoluções fossem padronizadas. Como encaminhamento, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** fez uma síntese do que foi discutido até aquele momento, sugerindo que a CTIL considerasse aprovada por consenso as prorrogações, colocando em votação, apenas, a necessidade de se complementar o documento antes da reunião do CNRH. O **Sr. Wilson A. Bonança (Irrigantes)** não concordou com a aprovação por consenso, sugerindo a votação. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** propôs que a matéria fosse encaminhada ao CNRH com a condição que houvesse um compromisso da ANA de apresentar na plenária como vem se dando a sustentabilidade econômica e financeira. O **Sr. Humberto Gonçalves, Superintendente da ANA**, informou que estava de acordo com a sugestão, sendo uma oportunidade de explicar melhor os dados ao Conselho, bem como de se demonstrar o esforço que a ANA vem fazendo para diminuir o impacto do 7,5 %. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** colocou em votação a solicitação de prorrogação das delegações de funções de Agência de Água às entidades AGEVAP, AGB Peixe Vivo e IBIO-AGB Doce. Abstiveram de votar os senhores Wilson Bonança (Irrigantes), Luís Eduardo F. de Faria (Abastecimento); Carlos Alberto Bandeira de Mello (Ministério dos Transportes) e João Clímaco (Sociedade Civil). A matéria foi aprovada, com a ressalva dada pelo setor da indústria, de que a ANA faria uma apresentação detalhada de como vem se dando a sustentabilidade financeira dessas entidades delegatárias. Passando para o próximo item de pauta o Presidente da CTIL informou que o representante da ANA que faria a apresentação sobre os Relatórios de Segurança de Barragem, ainda não havia chegado. Sugeriu, então, passar para o tema seguinte. **Item 07 - Análise da Proposta de Moção que “solicita ao Governo do Mato Grosso providencias quanto ao conflito de interesse na representação dos segmentos sociais e econômicos na composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do rio Paraguai”, encaminhada pelo Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça Filho”.** O **Sr. João Clímaco (ONGS)** informou que a solicitação foi encaminhada dentro das normas do novo regimento, entende que o documento está bem objetivo. Explicou a motivação da FONASC em propor a Moção, salientando que existem normas bem explícitas que diz respeito as indicações da organização civil, havendo um conflito de interesses evidenciado na representação dos segmentos sociais e econômicos na composição do Grupo de Acompanhamento do PRH Paraguai. Para ele, estas indicações não se deram dentro da legalidade e que o estado ao fazer a indicação do agente público para representar a ABRH e o setor de turismo agravava o conflito, não dando legitimidade ao GT e ao próprio plano de bacia. Frisou que as Ongs não iriam aceitar este descumprimento da lei, e que esse fato poderia gerar precedentes. Informou que esta questão já foi para o Ministério Público, mas como foi o CNRH que instituiu o GT, estava dando ciência dessa. O **Sr. Marcelo Medeiros (Secretário Executivo do CNRH)** esclareceu que quando a Secretaria Executiva do CNRH recebeu a moção encaminhada pelo Joao Clímaco, solicitou informações ao Estado do Mato Grosso, uma vez que afetava diretamente a gestão daquele estado. Em resposta, foi encaminhada o documento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso (CEHIDRO), solicitando que fosse projetado na tela. Solicitou desculpas, mas por ter chegado após o prazo de envio dos documentos da reunião da CTIL, somente naquele momento os membros estavam tomando conhecimento. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** leu o conteúdo da Moção nº 17/CEHIDRO/2015, em que aquele Conselho repudiava os questionamentos da competência da Sra. Leonice de Souza Lotufo e Sra. Susan Lannes de Andrade, quanto a representarem o Setor de Pesca, Turismo e Lazer e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, respectivamente, no Grupo de Acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, ao qual foram indicadas pelo CEHIDRO. O Presidente da CTIL argumentou que o próprio CEHIDRO considerava que as pessoas indicadas

podiam ser representantes, tendo em vista a atuação delas, dando inclusive apoio para essas indicações. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** lembrou que todo funcionário público tem o direito de exercer sua cidadania participando de associação de classe, inclusive de ONGS. Não via ilegalidade e impedimento nas indicações. Poderia ter uma questão ética, mas impedimento legal não tinha. O **Sr. Vladimir Caramori Borges de Souza (OTEPS)** informou que é funcionário público e que estava representando a ABRH no CNRH. As associações técnicas são naturalmente de atribuição voluntária, sem vinculação profissional com a entidade associativa, portanto a priori também não via inconveniente ou problemas naquela representação. Mas, por outro entende que parecia haver um vício no processo. O **Sr. João Clímaco (ONGS)** registrou que não estava questionando as pessoas e nem o direito de elas participarem. Mas que a dupla função, neste caso, instituiu um vício, porque tira o sentido da representação e contraria o próprio estatuto do servidor público. Havia uma questão ética porque eles são funcionários da própria Secretaria - SEMA. Solicitou que a CTIL lhe desse uma fundamentação técnica que justificasse o fato. Bem como, que lhe desse uma resposta se o que a FONASC fez está baseado em lei. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** reiterou os considerando da Moção e argumentou que o órgão máximo de recursos hídricos no estado é o CEHIDRO, por isso deveria tomar por base a documentação por eles encaminhadas. O **Sr. Percy Soares Neto (Indústrias)** lembrou que a Resolução CNRH 152/2013, diz que quem indica os membros do grupo são os Conselhos Estaduais. O que poderia ser solicitado ao CEHIDRO, corroborando o que o Joao Clímaco pediu, seria a ATA que aprovou as indicações. A **Sra. Sonáli Cavalcanti Oliveira (Concessionárias de Energia)** salientou que a moção encaminhada pelo CEHIDRO é uma aprovação do Conselho para essas indicações. Não observou descumprimento de uma regra, que poderia ser considerado uma ingerência do CNRH na decisão de um Conselho Estadual, que é soberano para decidir sobre a questão. A **Sra. Eldis Camargo (ANA)** disse que respeitava o posicionamento da Sociedade Civil, mas que a resposta jurídica está fundamentada na Constituição Federal - sistema federativo, e no próprio princípio da Lei 9.433.97 que fala da descentralização. O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** colocou em votação a matéria, com a proposição de se verificar a legalidade das indicações do CEHIDRO, havendo duas abstenções e um voto contrário. Em decorrência desse resultado, acordou-se que a CTIL encaminharia ao Plenário do CNRH parecer contrário à proposta de moção encaminhada pelo FONASC. [Item 06 - Criação de Grupo de Trabalho para avaliar o Relatório de Segurança de Barragens 2014 e do Relatório de Segurança de Barragens 2012-2013, encaminhado pela Agência Nacional de Águas, Ofício nº 2109/2015-AA-ANA, conforme determina os artigos 14 e 15 da Resolução CNRH nº 144/07/2012.](#) O **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** explicou que a Resolução CNRH Nº 144/2012 prevê prazos para a elaboração do relatório de segurança de barragem e a instituição de um Grupo de Trabalho, no âmbito da CTIL, que tem o objetivo de analisar o relatório elaborado pela ANA e propor as recomendações para a melhoria da segurança de barragens. Informou que era a primeira vez que a CTIL realizava esse procedimento. Na sequência, solicitou ao **Sr. Alexandre Anderáos, representante da ANA**, que fizesse um informe de como foi elaborado o Relatório. O Sr. Alexandre destacou que o relatório é elaborado em articulação com os demais órgãos fiscalizadores. O relatório compõe o cadastro de barragem, dados da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragem, entre outros itens previstos na Resolução e na Lei de Segurança de Barragem. Lembrou que cabe ao CNRH, após avaliar o Relatório de Segurança de Barragens, encaminhá-lo ao Congresso Nacional. Após essa explicação, o **Sr. Júlio Thadeu Kettelhut (Presidente da CTIL)** solicitou aos membros da CTIL que se pronunciasse quanto ao interesse de participar do GT para avaliar os Relatórios de Segurança de Barragens 2012/2013 e 2014. Os seguintes segmentos mostraram interesse em indicar representante: Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério de Minas Energia; Usuários – Indústrias e Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; Organizações Cíveis de Recursos Hídricos - Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa e Organização Não Governamental; Conselho Estaduais – Conselho Estadual da

401 Bahia e da Paraíba. Ficou acordado que a coordenação do GT estaria a cargo do Ministério das
402 Minas e Energia e que a Secretaria Executiva enviaria um comunicado para que os segmentos
403 indicassem os representantes do GT. Por não haver mais itens de pauta para discussão, o **Sr. Júlio**
404 **Thadeu Kettelhut** agradeceu a todos os presentes, encerrando a 135ª Reunião da CTIL.

405

406

Júlio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente

Roseli dos Santos Souza
Relatora

407

408

409 Ata aprovada na 136ª Reunião da CTIL, realizada no dia 12 de novembro de 2015.